

MILITÂNCIA ANARQUISTA E REPRESSÃO EM SÃO PAULO NOS ANOS 1890

CLÁUDIA BAETA LEAL

Em agosto de 1902, o jornal anarquista *O Amigo do Povo* publicou a seguinte solicitação a seus leitores: “Pedimos vivamente àqueles que por acaso possuam qualquer exemplar dos jornais aqui publicados, isto é: *L’Asino Umano*, *La Giustizia*, *La Bestia Umana*, *L’Operaio*, fazer a gentileza de enviar um exemplar que a nós será de muita utilidade para ser reproduzido no relatório que temos a intenção de publicar.”¹ Eram jornais publicados na década de 1890 em São Paulo, em italiano, e nos quais, de alguma forma, ecoavam os princípios defendidos por *O Amigo do Povo*. Não eram, entretanto, jornais explicitamente anarquistas: sobre um deles - *L’Asino Umano* -, um dos redatores daquele periódico já havia se manifestado, afirmando não ter “um caráter puramente libertário”, ainda que fosse redigido por anarquistas.² Giuseppe Zonghetti, fundador do jornal, comunicou ao chefe de polícia de São Paulo, em agosto de 1893, o aparecimento de *L’Asino Umano*, “semanário humorístico” que tinha sede no Centro Socialista Internacional.³

Já sobre o jornal *La Bestia Umana* não se tem muitas mais referências além desse pedido de *O Amigo do Povo*.⁴ Um dos motivos é provavelmente o fato de que o periódico fundado por Felice Vezzani teve apenas um exemplar, tendo sido suspenso logo em seguida. O outro – e que afeta principalmente pesquisadores contemporâneos – é que mesmo os maiores arquivos de história e imprensa social não possuem o único número desse jornal, com exceção do Acervo Permanente do Arquivo do Estado de São Paulo, em sua seção de Processos Policiais, que mantém um exemplar em relativo bom estado de *La Bestia Umana*.⁵

Além da colaboração de anarquistas nesses dois jornais, há mais elementos que os aproximam: *La Bestia Umana* surgiu exatamente para ocupar o lugar de seu colega *L’Asino Umano* – os títulos tão semelhantes não eram coincidência; e ambos sofreram as sanções do longo estado de sítio que durou de setembro de 1893 a agosto de 1894 e das leis promulgadas por causa do estado de exceção. O objetivo dessa comunicação é exatamente

apresentar esse dois jornais, como eles atuaram em São Paulo e como interagiram com a polícia paulista na repressão contra estrangeiros e anarquistas.

Em setembro de 1893, estourou nos estados brasileiros do sul a Revolta da Armada. Tratava-se de uma eclosão do descontentamento contra o governo de Floriano Peixoto, vice de Deodoro da Fonseca que assumira o governo interinamente, e se manifestou primeiramente entre oficiais da marinha, tendo à frente os almirantes Saldanha da Gama e Custódio de Mello, e perdurando até março de 1894. Uma das primeiras iniciativas do governo brasileiro para conter a Revolta foi declarar o estado de sítio na Capital Federal e na cidade de Niterói e, em seguida, estender o estado de exceção aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, por causa da “grave comoção intestina produzida pela revolta de alguns oficiais e praças da esquadra nacional”.⁶ O estado de sítio se estendeu por vários meses, sendo constantemente renovado até 31 de agosto de 1894.⁷

Junto com a primeira renovação do estado de sítio, em 13 de outubro de 1893, foram promulgados dois decretos que objetivavam conter as sublevações e os possíveis apoios aos revoltosos: o decreto 1565, que regulava a liberdade de imprensa durante o estado de sítio, e o de número 1566, que tratava da entrada de estrangeiros do território nacional e de sua expulsão durante o estado de exceção. Havia suspeitas de auxílio de estrangeiros aos revoltosos, assim como a comprovação de manifestações intestinas de apoio aos sublevados. Daí a preocupação com as entradas de estrangeiros e as providências a serem tomadas contra eles, já que, segundo a então recém promulgada Constituição, era assegurada a “nacionais e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade”, assim como à sua mobilidade: “em tempo de paz, qualquer pode entrar no território nacional ou dele sair, com sua fortuna e bens, quando e como lhe convier, independentemente de passaporte.”⁸

O decreto 1565, por sua vez, voltava-se especificamente para o papel da imprensa durante a Revolta da Armada, cuja cobertura o Governo alegava estar contribuindo “para animar a revolta com publicações inconvenientes umas, falsas outras e todas constituindo

elemento de perturbação e alarma”.⁹ Ainda que reforçasse a afirmação de que era livre a manifestação do pensamento pela imprensa, o decreto proibia publicações “que incitem a agressão externa ou possam aumentar a comoção interna e excitar a desordem”, assim como manifestações de apoio à Revolta ou de ataque “à independência, integridade e dignidade da Pátria, à Constituição da República e forma de seu governo”. Também coibia a divulgação das operações de guerra e vetava que se trouxessem a público notícias que não tivessem sido comunicadas pelo governo institucional.¹⁰

No que dizia respeito às sanções, o decreto voltava-se para os responsáveis pelos periódicos ou publicações que incorressem nas faltas estipuladas, fossem eles nacionais ou estrangeiros. Ainda que o texto do decreto não mencionasse o que ocorreria com as publicações que desrespeitassem o que fora estipulado, era de se esperar que a suspensão fosse a medida tomada pelo Governo brasileiro. Em São Paulo, o chefe de polícia relatou que seis jornais haviam sido suspensos por inserirem diariamente em suas colunas “artigos subversivos à ordem”, os quais denotavam o “procedimento pouco patriótico que tiveram” na cobertura dos acontecimentos relacionados à Revolta: *A Platéia* e *O Commercio de São Paulo*, em 24 de janeiro; o periódico alemão *Paulistaner Echo*, em 27 daquele mês; *La Patria Italiana*, em 1º de abril (quando já se chamava *La Tribuna Italiana*, nome que seus editores haviam adotado em fevereiro da 1894, para burlar a suspensão)¹¹; *La Bestia Umana*, no dia 5 desse mês, e o germânico *Tagblatt*, em 11 de abril.¹²

Entre as latas armazenadas no Arquivo de Estado de São Paulo, em seu acervo permanente, na documentação relativa a Processos Policiais, há uma – de número 3224 – em que se encontram não apenas os inquéritos e intimações referentes a alguns dos periódicos suspensos naqueles primeiros meses de 1894, mas exemplares dos jornais com traduções e anotações referentes aos motivos da suspensão. É nessa lata que se encontrou o Auto de declarações de José Winiger, suíço naturalizado brasileiro e diretor de *Paulistaner Echo*, intimado a responder pelos “artigos alarmantes e subversivos à ordem pública” que inserira nas colunas de seu jornal, a cujo Auto vinham anexados dois números do periódico com anotações nas margens.¹³ Há também na lata de número 3224 a intimação feita a João

Audiberti, novo diretor de *La Tribuna Italiana*, para que suspendesse a publicação daquela folha, assim como vários números do periódico com artigos indicados a lápis, e uma carta do proprietário desse jornal, comprometendo-se a utilizar “linguagem comedida, respeitando sempre as autoridades legais e o País”, também declarando ter mudado o redator do jornal.¹⁴ A notificação ao diretor do jornal *Tagblatt*, Joachim Schack, para suspensão de sua folha, assim com a tradução do artigo que teria motivado a suspensão; a carta do mesmo diretor em que este pedia que fosse levantada a suspensão do jornal, comprometendo-se a “não publicar mais artigos contrários aos atos do governo, abstando-se de censurar as autoridades e de qualquer apreciação política”; o número 34 de 7 de abril do periódico, todos esse documentos também se encontram nessa lata do Arquivo do Estado de São Paulo, constituindo um material precioso para a análise desse momento específico da história de São Paulo.

Ainda que o chefe de polícia não tenha feito referência a *L'Asino Umano* em seu relatório anual, e que nessa lata 3224 não haja nenhum documento referente a esse periódico, o jornal de fundado por Giuseppe Zonghetti parece também ter sofrido as sanções do decreto 1656. Motivos para suspendê-lo não faltavam ao governo paulista e brasileiro: a edição de 11 de março trouxe, em sua primeira página, uma ilustração intitulada “Episódio da Revolução”, com soldados monarquistas e republicanos debandando de um campo de batalha, acompanhada de versos propositalmente vagos - para evitar sanções contra o jornal. No entanto, nas outras páginas, lia-se o artigo “Sobre o teatro da guerra”, em que são relatados episódios pretensamente ocorridos em Curitiba, quando as tropas teriam evadido para evitar o confronto.¹⁵ A edição seguinte, de 25 de março, publicou, por sua vez, uma paródia às reações dos redatores de *La Tribuna Italiana* frente às agressões sofridas quando da rendição dos revoltosos, por ser esse jornal suspeito de ter apoiado a revolta. Segundo artigo de *La Bestia Umana*, Augusto Donati teria sido, logo depois da publicação desse número, intimado pelo 2º delegado naquele mesmo domingo, 25 de março, e o jornal, suspenso no dia seguinte.¹⁶

Além de trazer a lume tais artigos, que devem ter sido suficientes para motivar a suspensão, *L'Asino Umano* levantara suspeitas desde o princípio de sua publicação. Logo que começou a circular, esse jornal foi alvo de demandas burocráticas por não satisfazer, segundo o Intendente da Câmara Municipal de São Paulo, as exigências legais para a publicação de um periódico. Assim, seu editor, Giuseppe Zonghetti, foi intimado a suspender a publicação enquanto não as satisfizesse, sob a pena de ter os números do jornal apreendidos.¹⁷

Apesar de se ter notícias que as devidas medidas legais não foram atendidas por vários meses,¹⁸ o jornal manteve sua publicação, ainda que sob certa vigilância: o número 14 de *L'Asino Umano*, de 3/12/1893, por exemplo, arquivado junto à documentação policial armazenada no AESP, teve vários trechos de artigos destacados à lápis. Uma coluna intitulada “Teatri” [Teatros] foi reservada para comentar não somente as representações nos salas de teatros, mas os acontecimentos do que aquele jornal chamava de “teatro da revolta”, em referência aos conflitos armados entre revoltosos e legalistas. Foram assinaladas pela polícia duas notas que faziam referência às movimentações de tropas da Guarda Nacional, as quais teriam partido para o interior de São Paulo - entre as tropas, haveria um alferes que prometera manter aquele jornal informado sobre as “encenações” encampadas pelas forças governistas.

Os outros trechos destacados, no entanto, não haviam sido previstos pelo decreto 1565: eram referências e manifestações de apoio mais ou menos explícitas a anarquistas. No artigo “Fuori i ladri” [Fora aos ladrões], em que se comentavam as manifestações contra políticos na Itália, foi assinalado o trecho em que o redator afirmava que os ladrões só deixariam “a autoridade, o poder, o comando, o luxo” quando o povo pegasse em armas. A força desta afirmação era amplificada pela nota – também assinalada - que seguia o artigo em questão: uma crítica à perseguição que os anarquistas vinham sofrendo nos mais diversos países, na Europa e na América, e a manifestação de apoio àqueles “fortes combatentes” do partido anárquico.¹⁹ Como se não bastasse, mais adiante havia a publicação de um pedido de subscrição em favor da família de Paulino Pallás, anarquista

espanhol que atentara em setembro daquele ano contra o General Martinez Campos, em Barcelona, como retaliação à execução dos anarquistas em Jerez, e que fora executado dias depois. O destaque à nota veio acompanhado de uma observação manuscrita no pé da página (em parte mutilada), afirmando que Pallás fora fuzilado na Espanha e que o fato dera lugar a vinganças com explosões de bombas no teatro Lyceum, em Barcelona. Ainda que suspeitas de apoio a ações anarquistas (normalmente identificadas, naquele momento, com atentados e com a “propaganda pela ação”) não estivessem previstas pelo decreto 1565 nem fossem alvo de outras leis brasileiras de então, tais manifestações não passaram, portanto, despercebidas.

Poucos dias depois da suspensão de *L’Asino Umano*, Felice Vezzani comunicou ao chefe de polícia o início da publicação do “periódico humorístico” - e quase homônimo do recém suprimido jornal - *La Bestia Umata*. No dia 31 de março, circulou pela capital paulista sua única edição, que procurou exatamente alardear a suspensão da outra folha: na primeira página, via-se a ilustração de um ser meio homem, meio asno sendo decapitado, sob o título de “La decapitazione dell’Asino Umata” [a decapitação do Asno Humano]. Um texto em versos, no estilo dos publicados por *L’Asino*, acompanhava-a, e narrava alegoricamente a intimação dos redatores do jornal e sua suspensão; a quase totalidade dos outros artigos também trataram da suspensão daquele jornal, de maneiras mais ou menos irônicas.²⁰ Havia ainda alguns artigos de defesa do socialismo, críticas às autoridades italianas e ao tratamento a que eram submetidos trabalhadores italianos no Brasil, mas nada sobre a Revolta da Armada.

Aparentemente a única precaução tomada pelas autoridades paulista foi a de determinar que se acompanhassem as edições de *La Bestia Umata*.²¹ No entanto, o chefe de polícia de São Paulo recebeu, no dia seguinte ao aparecimento desse jornal, uma denúncia de que *La Bestia Umata* pertencia a anarquistas italianos, e dias depois, Vezzani era intimado a suspender a publicação do periódico.²² A portaria que determinou sua suspensão, no entanto, não fez referência a tal denúncia, nem tão pouco ao conteúdo supostamente anarquista do periódico: antes, nela se lia que o responsável deveria fazer

cessar sua publicação por haver inserido, “em diversos números, artigos subversivos da ordem pública e ofensivos à dignidade nacional”.²³ Para um jornal que publicara um único número, seus artigos tinham surtido efeitos surpreendentes. O alvo dos artigos do jornal havia sido exatamente a polícia paulista, por tratarem quase que exclusivamente da suspensão de outro órgão da imprensa operária e italiana, e a polícia reagira de acordo e com as medidas que, graças ao estado de sítio, estavam ao seu alcance: levantando o decreto 1565 contra o periódico.

As possíveis relações entre *L’Asino Umano*, *La Bestia Umana* e anarquista não foram salientadas nos documentos oficiais da polícia paulista. Ainda que Vezzani tenha sido preso dez dias mais tarde como anarquista, junto com mais dez indivíduos também suspeitos de serem “adeptos extremados da perigosa seita”, os incidentes da suspensão do jornal e de sua prisão foram tratados como assuntos diversos.²⁴ Mas já se apresentavam, nessas ocorrências policiais envolvendo os dois jornais e seus diretores, questões que tornariam a atormentar militantes anarquistas e seus periódicos durante a década de 1890 e nos anos seguintes.

¹ *O Amigo do Povo*, nº 10, 16/8/1902.

² A. Donati. “Recordemos, pois...” *O Amigo do Povo*, nº 4, 24/5/1902.

³ Requerimento de Giuseppe Zonghetti ao Chefe de Polícia de São Paulo, 12/8/1893, Acervo permanente - Polícia – lata C2764, Arquivo do Estado de São Paulo (AESP).

⁴ Requerimento de Felice Vezzani ao chefe de polícia de São Paulo, 31/3/1894, Acervo permanente - Polícia – lata C2772, AESP.

⁵ O exemplar do jornal está anexado à Intimação ao diretor responsável do jornal *La Bestia Umana*, Felice Vezzani, 5/4/1894, Acervo permanente – Processos Policiais – lata 3224, AESP.

⁶ Decreto 172 de 10 de setembro de 1893 (pesquisado em 28/5/2005 em <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>); Decreto n. 1549 de 25 de setembro de 1893 in: *Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1893* (partes I e II). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. Atualizou-se a ortografia nas transcrições dos trechos dos decretos.

⁷ Decreto xxx de 4 de agosto de 1894 (pesquisado em 28/5/2005 em <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>

⁸ Artigo 72 da *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

⁹ Decreto 1565 de 13 de outubro de 1893 in: *Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1893* (partes I e II). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

¹⁰ Artigo 2º de Idem.

¹¹ Portaria nº 286, 1/4/1894, junto à Intimação da 5ª Delegacia de Polícia feita ao diretor da *Tribuna Italiana*, 1º/4/1894, Acervo Permanente – Processos Policiais, lata C3224, AESP.

¹² *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31 de janeiro de 1895*. São Paulo: Espindola, Siqueira & Comp., 1895, p. 3.

¹³ Auto de declarações de José Winiger ao terceiro delegado de polícia de São Paulo, 29/1/1893, Acervo Permanente – Processos Policiais, lata C3224, AESP.

¹⁴ Intimação da 5ª Delegacia de Polícia feita ao diretor da *Tribuna Italiana*, 1º/4/1894; Carta de Henrique Somigli ao chefe de polícia de São Paulo, Acervo Permanente – Processos Policiais, lata C3224, AESP.

¹⁵ “Episódio della Rivoluzione” e “Sul teatro della guerra” *L’Asino Umano*, nº 26, 11/3/1894.

¹⁶ “Vagabondi” e “Stato Civile” *La Bestia Umana*, nº 1, 31/3/1894.

¹⁷ Ofício da Intendência Municipal para o chefe de polícia de São Paulo, 29/8/1893, Acervo Permanente – Polícia, lata C2756, AESP.

¹⁸ Ofício da Intendência Municipal para o chefe de polícia de São Paulo 11/10/1893, Acervo Permanente – Polícia, lata C262, AESP.

¹⁹ “Teatri”, “Fuori e ladri” e “Trottando per il mondo” *L’Asino Umano*, nº 14, 3/12/1893.

²⁰ *La Bestia Umana*, nº 1, 31/3/1894.

²¹ Requerimento de Felice Vezzani ao chefe de polícia de São Paulo, 31/3/1894, Acervo permanente - Polícia – lata 2772, AESP.

²² Carta do diretor do *Diário Oficial* ao chefe de polícia de São Paulo, 2/4/1894, Acervo permanente - Polícia – lata 2772; Intimação ao diretor responsável do jornal *La Bestia Umana*, Felice Vezzani, de 5/4, Acervo permanente – Processos Policiais – lata 3224, AESP.

²³ Portaria nº 304 de 5/4/1893, anexada à Intimação ao diretor responsável do jornal *La Bestia Umana*, Felice Vezzani, de 5/4/1894, doc. cit.

²⁴ *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31 de janeiro de 1895*. doc. cit., p. 5.